Estão a ser criadas condições para que incêndios de 2017 não se repitam, diz ANPC

5 de Abril, 2018

O presidente da Proteção Civil, Mourato Nunes, disse ontem que estão a ser criadas condições para que a tragédia dos incêndios de 2017 não se repita, mas que também é necessário que cada um se proteja, segundo a Lusa. “Está-se a trabalhar para criar condições para que situações destas [como os incêndios de 2017] não se repitam”, afirmou hoje, em Coimbra, o presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), tenente-general Carlos Manuel Mourato Nunes, sublinhando que não se trata “apenas de uma promessa”.

Mas isso não dispensa a necessidade de que “cada pessoa seja um agente de proteção civil” e se criem “condições para que cada cidadão se proteja tanto quanto possível”, alertou, Mourato Nunes, que falava ontem, ao final da tarde, em Coimbra, na sessão de encerramento do Encontro de Reflexão sobre os Incêndios Florestais, promovido pelo Centro de Estudos sobre Incêndios Florestais (CEIF) da Universidade de Coimbra (UC). A defesa de pessoas e bens é uma “preocupação constante da Proteção Civil, mas tem que ser assumida por todos, cada um à sua medida”, sintetizou Mourato Nunes, referindo que a ANPC está “a tentar consciencializar as pessoas para o risco” e aquilo que “devem proteger”.

Sem “acusar ninguém” e sublinhando que se trata de “responsabilidades de todos”, Mourato Nunes apontou a inexistência de cadastro das propriedades rurais (instrumento que é “decisivo” para os ordenamentos do território e florestal, mas que foi “sistematicamente adiado”, e de planos de proteção de zonas industriais ou o recurso a materiais inflamáveis, designadamente nas coberturas de edifícios industriais, como fatores adversos para a proteção da floresta e de bens.Este operacional salientou que “está a ser feito um trabalho importante”, designadamente por responsáveis e por proprietários, no sentido de evitar a repetição da tragédia do ano passado.

“O nosso maior problema é o ordenamento florestal (andamos 30 anos a fazer o ordenamento urbano e esquecemos o resto)”, defendeu o presidente da Câmara de Pombal, Diogo Mateus, salientando que os próprios planos diretores municipais contribuíram para essa situação e para “promoverem o abandono de espaços rurais, convencido de que isso era uma coisa boa”. “Temo de inverter o elevado número de ignições” e de promover a consciencialização do risco, sustentou, por outro lado, o tenente-coronel Joaquim Delgado, comandante do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) da GNR.

“Não podemos continuar a ter práticas de risco para nós e para os outros”, alertou o responsável do SEPNA, recordando que no dia 16 de outubro de 2017 (poucas horas depois de terem deflagrado os incêndios que provocaram 49 mortes e a atingiram mais de 200 mil hectares de território), foram levantados “60 autos de contraordenação” por queimadas.

Antes, Domingos Xavier Viegas, diretor do CEIF e investigador da Associação para o Desenvolvimento da Aerodinâmica Industrial (ADAI) da UC, apresentou alguns “resultados preliminares do encontro”, que foi promovido, com o apoio da UC, na sequência de um desafio lançado, nesse sentido, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. Na reunião participaram mais de quatro dezenas de representantes de entidades envolvidas na gestão dos incêndios florestais, desde operacionais e autarcas a cientistas e empresários ou produtores florestais, disse Xavier Viegas, adiantando que as conclusões do encontro serão tornadas públicas depois de serem entregues ao Presidente da Republica.

**Foto de Reuters*